



TRAGÉDIA NA INDONÉSIA

Depois da dor, família de Juliana quer justiça

Pelas redes sociais, parentes da brasileira avaliam a possibilidade de buscar alguma reparação, por considerar que houve negligência das autoridades do país asiático. Corpo da jovem foi resgatado depois de uma operação que durou cerca de 10h

» IAGO MAC CORD*

A família de Juliana Marins anunciou na redes sociais que buscará alguma espécie de responsabilização, por conta do desfecho trágico que levou à morte da brasileira na tentativa de subir o Monte Rinjani, na Indonésia. Isso porque, segundo a família, são vários os indícios de negligência das autoridades do país asiático, seja por conta da demora em fazer o resgate, ou porque o governo de Jacarta passou informações desencontradas à Embaixada brasileira, retransmitidas aos parentes da jovem.

“Juliana sofreu uma grande negligência por parte da equipe de resgate”, critica a família de Juliana, no perfil que mantém no Instagram. O argumento é que se os socorristas tivessem chegado dentro do prazo de sete horas depois da ocorrência — considerado ideal para que a operação de salvamento aconteça sem um dano mais severo à saúde da vítima —, a brasileira teria maiores condições de estar viva. “Juliana merecia muito mais! Agora, nós vamos atrás de justiça por ela, porque é o que ela merece. Não desistam de Juliana!”, arremata o anúncio da família.

Já a Agência Nacional de Busca e Resgate da Indonésia (Basarnas) publicou, em seu perfil oficial no Instagram, imagens da ação de içamento do corpo de Juliana, que ocorreu na madrugada de ontem e durou aproximadamente 10 horas — por conta da dificuldade de chegar ao local em função do solo vulcânico, que tem pouca firmeza. Numa postagem, diz que “fazer trilha até o Monte Rinjani é um esporte de turismo extremo” e que “quando acontecer um acidente, não culpe os socorristas sem entender o que eles passam”.

Elisa de Sousa, integrante da Academia Brasileira de Direito Internacional e doutora em Ciências Sociais, explica que caso seja confirmado que houve negligência das autoridades indonésias, a família de Juliana pode mover uma ação contra o governo de Jacarta no próprio Judiciário daquele país. A advogada destaca que o Consulado brasileiro pode orientar os parentes sobre como funciona o sistema judicial indonésio, além de prestar suporte logístico e de



Agência de Resgate da Indonésia (Basarnas) publicou vídeos sobre o içamento do corpo de Juliana e defendeu-se da acusação de negligência

Instagram pessoal



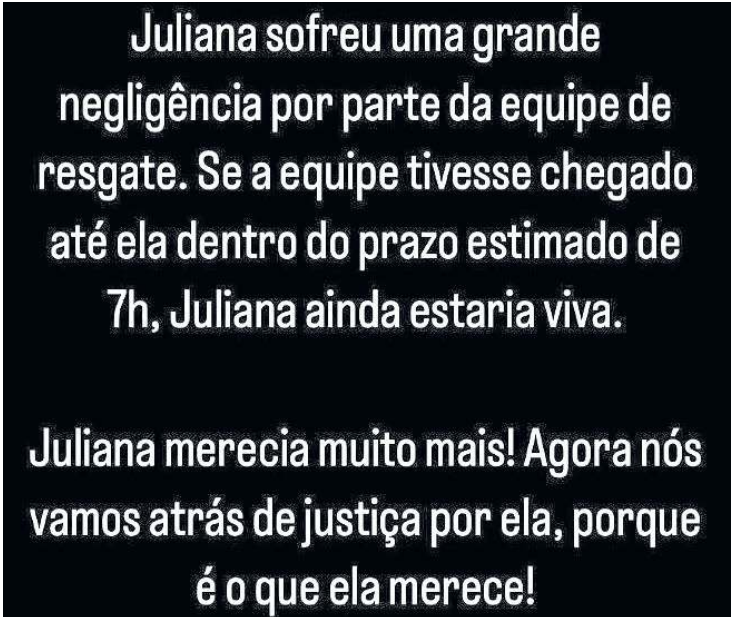
Translado do corpo de Juliana será bancado por ex-jogador de futebol

informações. Afirmou, ainda, que é possível questionar se o próprio governo do Brasil atuou corretamente no episódio.

“O Estado brasileiro pode prestar apoio. A repartição consular em Jacarta pode fornecer informações

sobre como funciona o sistema de justiça local e indicar advogados, sempre dentro dos limites legais. A repartição pode, sim, dar esse apoio, e a família pode buscar indenização por danos morais e outros prejuízos”, explicou Elisa.

Instagram pessoal



Por uma rede social, família anuncia que buscará responsabilizações

Ela frisa, porém, que a política de relações exteriores entre os países é sensível e insere-se em uma agenda internacional, que é tanto bilateral quanto multilateral. Segundo a advogada, isso pode impactar alguma possibilidade de responsabilização

de autoridades e serviços indonésios no caso de Juliana.

“Pode acontecer, e não estou dizendo que é o caso, de o Brasil não querer tensionar a relação com a Indonésia por causa de outro tema mais estratégico na agenda

bilateral. Isso é muito comum: o país precisa priorizar assuntos e escolher aonde vai investir energia diplomática, pensando em estratégias de longo prazo”, advertiu.

Translado

Uma das principais críticas que o governo federal tem recebido é por não custear o traslado do corpo de Juliana. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, conforme o Decreto 9.199/2017, “a assistência consular não compreende o custeio de despesas com sepultamento e traslado de corpos de nacionais que tenham falecido no exterior, nem despesas com hospitalização, excetuados os itens médicos e o atendimento emergencial em situações de caráter humanitário”. O MRE afirma que, em caso de falecimento de cidadão brasileiro no exterior, as embaixadas e consulados brasileiros podem “prestar orientações aos familiares, apoiar seus contatos com o governo local e cuidar da expedição de documentos, como o atestado consular de óbito, tão logo terminem os trâmites obrigatórios realizados pelas autoridades locais”.

O caso da brasileira, porém, levou o Itamaraty a anunciar que estuda alterações nas recomendações àqueles que pretendam fazer turismo de aventura no exterior. A ideia é elaborar um guia, ainda mais completo, sobre locais de extremo perigo, com recomendações para que o turista possa ir e voltar deles em total segurança.

Por conta desse impedimento legal, a oposição ao governo federal no Congresso decidiu entrar no assunto. Prometeu enviar ao Plenário da Câmara dos Deputados um projeto de lei para obrigar a União a custear a repatriação de corpos de brasileiros mortos no exterior, caso a família da vítima não tenha condições financeiras para fazê-lo. Estima-se que o traslado do corpo de Juliana (que inclui trâmites burocráticos, embalsamamento, esquife e transporte aéreo) levaria seus parentes e a desembolsarem mais de R\$ 50 mil. Porém, o ex-jogador de futebol Alexandre Pato — que teve passagens pelo Corinthians e pelo São Paulo, no Brasil, e pelo Milan (Itália) e pelo Chelsea (Inglaterra) — se dispôs a arcar com os custos do retorno dos restos mortais da jovem ao Brasil. **(Com Agência Estado)**

MEIO AMBIENTE

Cerrado perdeu 27% da vazão de água em 40 anos

» CAETANO YAMAMOTO*

Seis grandes bacias hidrográficas do Cerrado perderam, em média, 27% da vazão de segurança entre as décadas de 1970 e 2010, o que equivale a 30 piscinas olímpicas por minuto e significa o acirramento da crise hídrica no bioma que abriga três dos principais aquíferos do país. O alerta é do projeto Cerrado — O Elo Sagrado das Águas do Brasil, compilado pela Ambiental Media e que reúne dados coletados por 12 meses junto a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do MapBiomias.

“O Cerrado sofreu muita perda de cobertura vegetal devido ao desmatamento feito pelo homem. E, aí, a gente precisa lembrar que a cobertura vegetal é que faz essa conexão entre a atmosfera e o solo. Então, quando você muda a cobertura

vegetal, você muda também esse ciclo hidrológico”, explica a professora Mercedes Bustamante, da biologia da Universidade de Brasília (UnB).

O estudo mostra que o avanço da pecuária extensiva é uma das principais causas do desmatamento no Cerrado. O bioma tem, hoje, 4,2 milhões de hectares de pastagens degradadas, o que representa que 10% da terra utilizada vem sendo para a criação de gado. Além disso, a entrada da monocultura — que desmata grandes extensões de vegetação nativa — utiliza grande quantidade de insumos químicos, poluem os aquíferos ou inviabilizam o consumo da água — o que faz com que o custo do tratamento aumente.

De acordo com o levantamento da Ambiental Media, para entender a demanda crescente por

água no Cerrado, foi analisado o desmatamento por conta do avanço da soja, entre 1985 a 2022, com dados do MapBiomias. Constatou-se que houve uma redução de 22% na vegetação nativa e um aumento de quase 20 vezes na área plantada de soja — de 620 mil hectares pulou para 12 milhões de hectares. Atualmente, o bioma ocupa 25% do território brasileiro e apenas 20% de toda sua área são legalmente protegidas. O ritmo do desmatamento já superou os 10 mil km² por ano.

“Quando o Cerrado é devastado, estamos colocando em risco os recursos hídricos do Brasil”, alerta Yuri Salmona, e diretor-executivo do Instituto Cerrados. O bioma é o coração das águas do Brasil, pois abastece oito de 12 regiões hidrográficas. Fornece 90% da água do Rio São Francisco e praticamente toda a do Pantanal.

Até rios da Amazônia, como Xingu e Tapajós, dependem dele.

“Muita gente se preocupa com falta d’água ou preços altos, mas não liga isso ao desmatamento do Cerrado — e deveria”, adverte Salmona.

O projeto Cerrado — O Elo Sagrado das Águas do Brasil focou na análise da vazão (que é a medida de quanta água passa por um determinado tempo, normalmente segundos, em uma tubulação, em um rio) de segurança dos rios do bioma, medida em m³/s por estações fluviométricas. Técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA) ajustaram os dados mensais para pontos específicos, permitindo compreender a contribuição do Cerrado para as bacias e confirmar a perda contínua de água nos rios do bioma.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

André Dib/Ambiental Media



Plantação extensiva sobre o Cerrado impacta o volume hídrico